

Sem quorum, fracassa a reunião do PMDB convocada por Covas

Sem quorum mínimo para qualquer deliberação, a reunião da bancada do PMDB, convocada pelo líder do partido na Constituinte, senador Mário Covas, acabou fracassando em seus objetivos. Covas pretendia sair da reunião com uma posição clara do PMDB sobre dois aspectos das votações no plenário: a inversão da pauta, votando-se em primeiro lugar o sistema de governo e o mandato do Presidente da República, e o aval para a proposta do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, de acelerar as votações. Como não foi possível nenhuma decisão, Covas vai agora tentar junto às demais lideranças aprovar um acordo para assegurar esses dois princípios.



momento da reunião para o líder Mário Covas, que acabara de ter seu cargo colocado em cheque pelo senador Leite Chaves (PR).

As demais participações se limitaram ao apoio à proposta do presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, que quer reunir em um só bloco tudo aquilo que for fruto do entendimento. Esse primeiro pacote seria votado em conjunto e as questões polêmicas, em separado.

Ao abrir a reunião, Mário Covas defendeu a inversão da pauta de votação justificando que "a apreciação das emendas relativas ao mandato presidencial e ao sistema de governo tem como vantagem a definição de dois temas polêmicos na Constituinte."

Já o presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP), que também participou da reunião, manifestou-se em entrevista, contra a alteração na pauta de votação.

"Talvez fosse melhor seguir a ordem normal da votação, porque não existe apenas um tema polêmico. Além disso, uma matéria desta importância poderá gerar uma frustração naqueles que se sentissem derrotados", opinou Ulysses.

Ao contrário dos demais oradores que subiram à tribuna, o deputado Arnaldo Martins defendeu apenas a preferência para a votação do sistema de governo. Ele entende que caso seja fixado o mandato de Sarney em quatro anos haverá um esvaziamento natural da Constituinte, já que os parlamentares deverão voltar aos seus estados a fim de participar das campanhas para a eleição presidencial.

Ao final da reunião, o líder Mário Covas informou ainda que reunirá novamente a bancada do seu partido, antes do início das votações em plenário, para avaliar a posição dos peemedebistas quanto aos temas polêmicos na Constituinte.

Com apenas 110 dos 305 constituintes do partido presentes e com a participação parcial do presidente do partido, Ulysses Guimarães, a reunião acabou tornando-se palco de críticas ao líder do PMDB na Constituinte e à atitude dos peemedebistas que apoiaram as teses do Centrão.

O deputado Arnaldo Martins (RO), que assinou o manifesto do Centrão, esclareceu que sua participação no momento estava limitada à garantia da aprovação de um novo Regimento Interno, capaz de atender aqueles constituintes que não integraram a Comissão de Sistematização. Da tribuna, Arnaldo Martins assegurou que não votaria com o Centrão nos capítulos polêmicos e que esse seria o comportamento de muitos dos peemedebistas. "Não vamos voltar no retrocesso. Vamos garantir os princípios defendidos pelo nosso partido" - garantiu o deputado.

Esse foi, sem dúvida, o melhor

Chaves questiona liderança

O senador Leite Chaves (PMDB-PR) anunciou ontem durante a reunião do seu partido, que vai submeter à bancada do PMDB na Constituinte uma moção para avaliar se o líder peemedebista, senador Mário Covas (SP), deve permanecer no cargo. A seu ver, a atuação de Covas provocou uma divisão inexorável na agremiação que resultou na criação do "Centrão".

Se o Covas tivesse reunido a bancada logo após a votação do projeto de Constituição na Comissão de Sistematização, não teria sido criado o "Centrão", reclamou o parlamentar que acha que aquele era o momento da liderança unificar o partido. Para Chaves, a indicação de um líder confiável para o PMDB desarticulou em pouco tempo o grupo conservador.

O senador acrescentou também que somente não apresentou sua proposta na reunião da bancada porque constatou que não haveria quorum para deliberar sobre a matéria. Assim, ele deverá recoíher pessoalmente, a partir da próxima semana, a posição dos 302 constituintes do PMDB sobre a permanência ou não de Mário Covas à frente da liderança do partido.

Para Leite Chaves, existe uma semelhança entre o cargo de líder de um partido e o de primeiro-ministro no sistema parlamentarista de governo. "Assim como o

primeiro-ministro, a liderança na bancada não tem prazo e persiste enquanto permanecer a confiança dos liderados ao seu líder", arrematou.

Reações

Logo após o anúncio da proposta de Chaves, vários parlamentares subiram à tribuna para defender o líder Mário Covas. O deputado Percival Muniz (PMDB-MT) indagou se quem está traíndo o PMDB era Covas que está procurando cumprir o programa partidário ou os peemedebistas que se aliaram ao "Centrão". A seu ver, a liderança deve cobrar que os constituintes eleitos pela legenda o cumprimento do programa partidário.

Indagado pelos repórteres se era favorável a uma reavaliação da liderança de Mário Covas, o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, manifestou sua posição contrária à moção de confiança. Ulysses entende que mesmo que haja algumas divergências sobre o assunto, o líder deve permanecer até o final da Constituinte uma vez que ele tem procurado desempenhar da melhor forma possível as suas funções.

Instado a comentar a proposta do senador, pelo Paraná, Mário Covas não quis se estender na resposta ao parlamentar. Ele disse apenas que Leite Chaves tem todo o direito de apresentar a moção de confiança e entende que a liderança pertence à bancada que pode solicitar o cargo assim que quiser.

ACM contesta históricos

O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, criticou ontem os integrantes do PMDB histórico e contestou a origem da liderança do grupo que, para ele, é remanescente de partidos que o antigo MDB classificava de autoritários. ACM garante que o PMDB histórico não vai alterar a tendência, no plenário da Constituinte, pelos cinco anos de mandato para o presidente Sarney.

Nas suas prévias, o Centrão já conseguiu arregimentar entre 315 e 320 votos a favor dos cinco anos de mandato e afirmou que "no dia da votação, a emenda será aprovada com

tranquilidade. O ministro voltou a criticar os parlamentares que defendem a realização de eleições diretas para a Presidência da República em novembro desse ano. "Acho que o presidente Sarney foi claro quando abriu mão de um ano de seu mandato e não creio que o País esteja preparado para escolher seu sucessor", disse o ministro.

Quanto à reforma ministerial, Antônio Carlos apenas adiantou que "o Presidente a fará no momento certo" e que ele "é o juiz do ministério que faz". ACM revelou que o presidente Sarney não consultou, por enquanto, sobre a reforma ministerial.



O líder do PMDB só conseguiu reunir 110 constituintes

Maciel libera PFL para votar mandato

O senador Marco Maciel está disposto a impedir qualquer tomada de posição em conjunto do PFL sobre a duração do atual mandato presidencial, durante a reunião da Executiva Nacional do partido que será realizada hoje, para a elaboração de uma série de "recomendações" à bancada sobre as votações na Constituinte. O presidente do PFL frisou ontem que vai encaminhar discussões apenas sobre as "disposições permanentes" que devem ser inseridas na nova Constituição, ficando os constituintes livres para votar como quiserem nas disposições transitórias.

Embora venha se pronunciando a favor de um mandato de quatro anos para o presidente Sarney, o senador criticou ontem o destaque que vem sendo dado à discussão do mandato e à forma de governo. Ele admite, no entanto, que seja discutida hoje a forma de governo, por fazer parte das disposições permanentes, mas acredita ser muito difícil chegar-se a um consenso no partido sobre o tema.

As discussões segundo o senador, devem se concentrar em questões que acentuem a necessidade de estabelecer uma igualdade entre os direitos e deveres do Estado e do cidadão, algo que não ocorre hoje, porque em muitos casos - frisou - o Estado é beneficiado pela legislação. Maciel disse que o objetivo é estabelecer uma postura do PFL no sentido de assegurar

um "perfil liberal" à nova Constituição.

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), observa que na Constituição atual o cidadão figura como um contribuinte, mas não se dá a ele nem um direito de ação contra a voracidade do Estado na cobrança de impostos. A esse respeito, o PFL pretende encaminhar recomendação à bancada em favor do estabelecimento do prazo de um ano para a vigência de qualquer alteração referente à arrecadação de impostos.

Da pauta da reunião de hoje, devem constar ainda os seguintes assuntos, segundo uma listagem inicial feita pelo senador Marco Maciel: defesa do meio ambiente, por meio da coletividade, contra Estado predador ou omissivo; garantia jurídica do direito de ação do consumidor e entidades diante de abusos, inclusive do Estado; reconhecimento e proclamação da legitimidade ativa do contribuinte; garantia de preservação do valor real da aposentadoria e pensão do serviço público; pluralidade sindical e competência da Justiça do Trabalho para julgar acidentes de Trabalho, entre outros temas.

A reunião da Executiva do PFL se realiza após o término do prazo para entrega de emendas, razão pela qual algumas das recomendações da direção partidária poderão se chocar, eventualmente, com algumas das emendas apresentadas individualmente.

Deputados deixam PDT por apoiarem 5 anos

Os deputados Feres Nader (RJ) e João de Deus (RS), foram desligados, ontem, da bancada do PDT na Câmara, por terem comunicado à liderança do Partido que não estavam dispostos a votar de acordo com todas as nove questões em torno das quais a bancada pedetista fechou questão, em reunião realizada no dia três de dezembro. Entre essas questões figuram um mandato de quatro anos para o presidente Sarney, garantia do emprego contra dispensa imotivada, licença-gestante de 120 dias e jornada de 44 horas semanais.

Em nota emitida à tarde, o líder Brandão Monteiro afirmou que os dois parlamentares desligados da bancada decidiram "quebrar os

compromissos provavelmente devido ao aliciamento do Palácio do Planalto". A nota acrescentou que a decisão da bancada será levada à apreciação do diretório nacional do partido, que se reúne amanhã no Rio de Janeiro.

Feres Nader estava ameaçado de expulsão do PDT desde o mês passado e João de Deus recebeu uma advertência por terem votado com o Centrão, na questão do novo regimento interno da Constituinte. Na época eles explicaram ao líder Brandão Monteiro que sua posição "inspirava-se no desejo de ampliar a participação de todos no aperfeiçoamento do processo constitucional, não implicando em adesão às teses conservadoras do Centrão".